



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

165

PROCESSO Nº0201270-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FERNANDA MARQUES CORNÉLIO

PACIENTE: RENATO COSMO DA SILVA

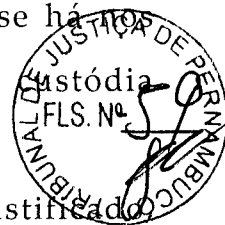
RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA LUNA

EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. PRISÃO EM FLAGRANTE. PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. DECISÃO DENEGATÓRIA CARENTE DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. UNANIMIDADE.

1. A custódia do paciente se encontra justificada e amparada nos arts. 312 e seguintes do Código de Processo Penal. A segregação cautelar mostra-se justificada diante das circunstâncias do delito, visto que se trata de roubo majorado mediante concurso de agentes e emprego de arma de fogo, fatos estes que evidenciam a periculosidade do paciente.
2. É cediço que condições pessoais favoráveis como primariedade, bons antecedentes e residência fixa no distrito da culpa, não têm o condão

de, por si sós, garantir ao paciente a liberdade provisória, se há autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar.



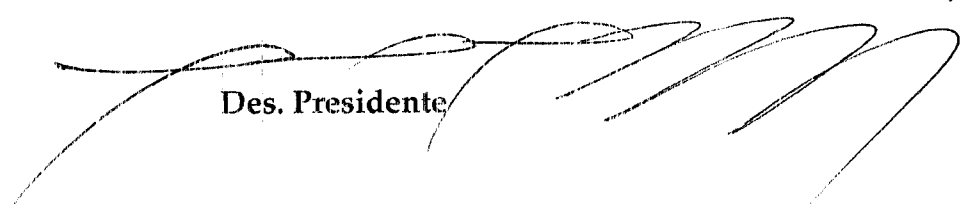
3. O aludido excesso de prazo se encontra devidamente justificado, estando o feito a tramitar dentro da razoabilidade.
4. *Habeas Corpus* denegado, por unanimidade.

166

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 201270-0 onde figura como paciente Renato Cosmo da Silva, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de *habeas corpus* pleiteada**, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, /5 de dezembro de 2009.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

167

PROCESSO Nº0201270-0

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FERNANDA MARQUES CORNÉLIO

PACIENTE: RENATO COSMO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA LUNA

RELATÓRIO

A Defensora Pública Fernanda Marques Cornélio impetrou o presente *habeas corpus* em favor de **RENATO COSMO DA SILVA**, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe.

A impetrante aduz que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 05 de março de 2009, sob a acusação de prática de roubo qualificado (art. 157, §2º, I e II, do Código Penal).

Afirma que, em sede de mutirão carcerário, foi formulado pedido de liberdade provisória, o qual, apesar de parecer favorável do Ministério Público, restou indeferido pelo juízo impetrado. Alega que a decisão que manteve a custódia do paciente carece de fundamentação.

Argumenta, outrossim, que o paciente faz jus à concessão da liberdade provisória, vez que é primário, possui endereço certo no distrito da culpa, além de restar evidenciado que não tem pretensão de se furtar à aplicação da lei ou conturbar o regular trâmite do feito.

Por derradeiro, requer o relaxamento da prisão ante o excesso de prazo da custódia e tendo em vista que não foi designada a audiência de instrução e julgamento.



Requer, assim, que seja concedida a medida liminar expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pleiteia a concessão em definitivo da ordem de *habeas corpus* impetrada.

168

O pedido de concessão de liminar restou indeferido por esta Relatoria (fls. 40/41).

A autoridade apontada como coatora, solicitada a prestar informações, relatou com detalhes como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 48, colacionando aos fólios cópia da decisão denegatória do pedido de liberdade provisória/ relaxamento de prisão (fls. 49).

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou pela denegação da ordem às fls. 53/54, por entender que inexistente constrangimento ilegal a ser coibido através do presente *writ*, restando patente a presença dos requisitos ensejadores da prisão preventiva.

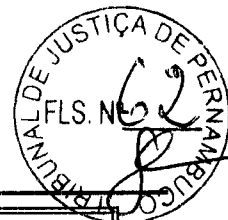
É O RELATÓRIO.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0201270-0

169

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FERNANDA MARQUES CORNÉLIO

PACIENTE: RENATO COSMO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA LUNA

VOTO

Consultando os autos, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 05/03/2009 e denunciado pela prática de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes.

Observa-se que, aviado pedido de liberdade provisória, este foi indeferido pelo MM. Juiz *a quo*, ao fundamento de que necessária a custódia cautelar para a garantia da ordem pública (fls. 33).

Inconformada, a defesa pugna por nova análise do pedido, por afirmar não se encontrarem presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, e, ainda, por ostentar o mesmo as condições pessoais favoráveis à concessão da liberdade provisória.

Data venia dos argumentos expendidos pela impetrante, razão não lhe assiste.

É certo que a doutrina e a jurisprudência entendem que qualquer espécie de prisão, antes do trânsito em julgado da sentença

condenatória, tem natureza cautelar, somente sendo admissível tal restrição da liberdade se restar comprovada a sua necessidade.

170



Todavia, se presentes os pressupostos da prisão preventiva, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, a prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria, associados a uma ou mais das suas hipóteses autorizadoras - garantia da ordem pública ou econômica, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal - a medida constritiva da liberdade é legal e deve ser, então, respaldada.

In casu, o Juízo processante, ao denegar o pedido de relaxamento de prisão/ liberdade provisória, o fez com fundamento de que se encontram presentes os pressupostos autorizadores da prisão preventiva.

Associada à prova da materialidade e aos indícios de autoria, invocou-se a necessidade da custódia para a garantia da ordem pública frente à circunstância de que foi encontrada em poder do paciente a arma utilizada para perpetrar o crime de que trata os fólhos, inclusive com duas balas pinadas, indicando concreta periculosidade, não havendo que se falar, pois, em ausência de fundamentação na decisão do juiz singular que indeferiu o pedido de liberdade provisória postulado junto àquela instância.

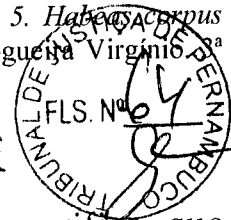
Desta feita, a segregação cautelar mostra-se justificada diante das circunstâncias do delito, visto que se trata de roubo majorado mediante concurso de agentes e emprego de arma de fogo, fatos estes que evidenciam a periculosidade do paciente.

Saliente-se, ainda, que o fato de o paciente ostentar as exigidas condições favoráveis, não obstam sua segregação, desde que essa se manifeste necessária nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

A propósito, colaciona-se o seguinte precedente a respeito do tema:

"PENAL E PROCESSO PENAL. PRISÃO EM FLAGRANTE POR ROUBO QUALIFICADO. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. INACOLHIMENTO. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA PARA ASSEGURAR A ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS NOS TERMOS DO ART. 312 DO CPP. PROBABILIDADE DE REITERAÇÃO DA CONDUTA CRIMINOSA. PRIMARIEDADE, BONS ANTECEDENTES E RESIDÊNCIA FIXA, POR SI SÓS, NÃO AUTORIZAM A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. PROCESSO TRAMITANDO REGULARMENTE. NÃO SE DISCUTE MATÉRIA DE MÉRITO EM SEDE DE HABEAS CORPUS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS DENEGADO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A prisão cautelar foi decretada com fundamento na garantia da ordem pública, não havendo no que se falar em ausência dos requisitos do art. 312 do CPP. 2. Condições pessoais favoráveis como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, por si sós, não autoriza a concessão da liberdade provisória, mormente quando a necessidade da segregação se sobrepõe. 3. (Omissis). 4. (Omissis). 5. Habeas corpus denegado. Decisão unânime." (HC 178091-6. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínia. Câmara Criminal. Julg.: 19/11/2008).

171



Por fim, quanto ao alegado excesso de prazo, verifico que apesar do relativo retardo ocasionado por um dos co-réus, que se fez passar por terceira pessoa, obrigando o Ministério Público a proceder ao aditamento da denúncia e em razão da remessa dos autos ao Mutirão Carcerário que demandou um período razoável, o feito vem tramitando dentro dos parâmetros da razoabilidade. Desta feita, não vislumbro o aludido constrangimento ilegal.

Por todo o exposto, em consonância com o entendimento firmado pela douta Procuradoria de Justiça, voto pela **denegação** da presente ordem de *habeas corpus*.

É COMO VOTO.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator